

LIVROS DIDÁTICOS E CULTURA POLÍTICA: OSPB EM TEMPOS DE NOVA REPÚBLICA

*Didactic book and political culture: in times of OSPB New Republic*Cleber Santos Vieira¹

RESUMO

Publicado em 1985, o livro *OSPB: introdução à política brasileira*, de Frei Betto, articulou-se a um quadro histórico mais amplo de mudanças em curso na ditadura militar: extinção do Ato Institucional 05, anistia a presos políticos, pluripartidarismo, ressurgimento do movimento sindical, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento pelas Diretas, Colégio Eleitoral, Assembléia Nacional Constituinte, entre outros. Tais movimentos não apenas redefiniram a correlação das forças políticas, como também colocaram professores, educadores e escritores diante da questão de como formar cidadãos em um período transitório, instável, cercado de incertezas e expectativas em relação aos destinos do país. Sob essa perspectiva, este artigo analisa a história do livro de Frei Betto caracterizando-o como símbolo das lutas, vitórias e derrotas de uma geração que vivenciou as mudanças históricas e da própria disciplina OSPB desde o início da década de 1960 até a Nova República.

Palavras-Chave: Livros Didáticos, Cultura Política, Nova República, História da Educação, OSPB

ABSTRACT

Published in 1985, the book *OSPB: Introduction to Brazilian politics*, with Frei Betto articulated to a broader historical picture of changes taking place during the military dictatorship: the extinction of the Institutional Act 05, amnesty for political prisoners, multiparty politics, the resurgence of the movement union, the Christian Base Communities (CEBs), the movement for direct elections, Electoral College, the National Constituent Assembly, among others. Such movements not only redefined the correlation of political forces, but also put teachers, educators and writers on the question of how to train people in a transitional period, unstable, filled with uncertainties and expectations for the future of the country. From this perspective, this article examines the history of the book Frei Betto characterizing it as a symbol of the struggles, victories and defeats of a generation that experienced historical changes and the discipline OSPB since early 1960.

Keywords: Didactic Book, Political Culture, Republic New, History of Education, OSPB

Na apresentação do livro didático *OSPB: introdução à política brasileira*, Frei Betto enunciou as marcas históricas de um tempo em transição. De acordo com ele o livro foi escrito: “com a finalidade de ajudar os estudantes brasileiros - e também os militantes dos movimentos populares e sindicais – a compreenderem melhor a sociedade em que vivemos. Agora, em tempos de Nova República, não basta a mera descrição das instituições políticas e sociais. É preciso possibilitar aos leitores a formação de uma consciência crítica e a percepção das contradições que engendram o movimento histórico.” (BETTO:1985).

¹ Doutor em Educação (História da Educação e Historiografia) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, Campus de Guarulhos). E-mail: clebersvieira@yahoo.com.br

Neste protocolo de leitura, ou simplesmente ante-sala do livro como Marisa Lajolo preferiu denominar estes objetos (1982:54), prefigura-se a intenção de escolarizar a história política do Brasil no âmbito das coordenadas históricas anunciada pelo processo de redemocratização.

O período, como se sabe, apresentou conflitos de diferentes naturezas. Em *Forças Armadas e Administração Pública: a participação militar nas comunicações e na educação*, Suzeley Kalil Mathias (MATHIAS, 2004) defende o argumento de que a transição política compreendida entre 1974, no Governo Ernesto Geisel, até 1985, quando João Batista Figueiredo transferiu o poder aos civis, correspondeu a um período que pode ser interpretado como um projeto que se tornou processo. Ao assumir o poder, Geisel proclamou a idéia de transição lenta, gradual e segura. Desmembradas as organizações políticas das esquerdas armadas iniciou-se o vagaroso processo de abertura. De fato, a redemocratização entrava em curso. No final de 1978, O AI-5 foi revogado, a lei de anistia foi promulgada, a vida parlamentar ganhou os ares do pluripartidarismo. O projeto civil-militar de abertura política se desenrolava. Entretanto, novas forças políticas entraram em cena. O Comitê Brasileiro de Anistia, Comunidades Eclesiais de Base, novo sindicalismo nas greves dos metalúrgicos do ABC, enfim uns amplos espectros de forças políticas opositoras obrigaram os militares rever permanentemente o plano inicial². O projeto virou processo.

Dentre os fatos históricos mais significativos cite-se o movimento pelas escolhas diretas do presidente da República. Entre março de 1983 e abril de 1984, o Brasil foi tomado por um ruidoso movimento popular em defesa das eleições diretas para a presidência da República. Foi um dos raros momentos da história política do país onde os símbolos nacionais fundiram-se com as aspirações políticas da população. Em 15 de junho realizou-se o comício de lançamento da campanha pelas Diretas Já. O ato, realizado na cidade de Goiânia, reuniu cinco mil pessoas. Em 16 de abril de 1984, estima-se que mais de 4 milhões de brasileiros estiveram simultaneamente mobilizados em torno do mesmo objetivo político. O Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo, foi palco da mais vultosa manifestação de rua, com cerca de um milhão de populares³, a maior manifestação cívica da história nacional. Dez dias depois, a emenda constitucional que restabelecia o voto direto para presidente foi rejeitada. Faltaram 22 votos: foram 298 a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Repreendido o objetivo democrático, restou comemorar a vitória do opositor Tancredo Neves no colégio eleitoral de 1985. Este, porém, morreu antes de ser empossado. A nova república surgia pelas mãos de um velho aliado do partido de sustentação da ditadura, José Sarney. O mérito da campanha pelas Diretas Já, porém, já estava lançado. O povo se encontrara com a participação política democrática imbuída pelos símbolos nacionais.

A espontaneidade desta campanha cívica remete, então, à fala de Alberto Tosi Rodrigues “Muito mais que um simples comício, é impossível não evocar a imagem

² Sobre a participação dos movimentos sociais no processo de abertura ver: ALVES, 1984; SADER, 1995; RODRIGUES, 2004.

³ A título de comparação o famoso comício de 13 de março na central do Brasil que selou o encontro de Jango com os movimentos populares no lançamento das reformas de base foi aplaudido por 300 mil manifestantes.

da “festa cívica”. Mais uma vez a manifestação ampliava o escopo da política para além do âmbito institucional, não apenas porque engajava novos atores, mas também porque contaminava o lugar da política com a folia da festa popular” (RODRIGUES,2003).

Que complementa o raciocínio citando Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes:

[...] é como cidadão que, ao reivindicar seus direitos, sobretudo o direito de eleger seus próprios governantes, cada participante da festa política se redescobre como membro da comunidade da nação (...) e essa descoberta, como experiência coletiva, só foi possível através da recriação da festa e graças ao substrato da cultura popular através dela reinventado. (apud RODRIGUES,2003)

Alguns livros de OSPB demonstraram plena sintonia com o fervor das mudanças em curso nos anos 80. No sugestivo subtítulo do didático de OSPB “para uma geração consciente”, Gilberto Cotrim esboça o tom daquele contexto histórico:

Ao analisar a realidade brasileira, procuramos nos libertar de uma visão falsa e romântica, preocupada apenas em fazer elogios gloriosos ao país. Dentro de uma visão crítica construtivista, buscamos apontar o lado negativo e positivo, destacando a necessidade de melhoria da vida social brasileira. (COTRIM, 1991)

Emendando o coro, Claudino Pilletti traça a participação política na seguinte perspectiva:

Atualmente muitas pessoas não acreditam na política e nos políticos. Procurando as causas desse descrédito, verificamos o seguinte: a maior parte dessas pessoas têm uma visão distorcida do que seja política- algumas têm uma visão paternalista, ou seja, esperam passivamente que os políticos venham resolver todos os seus problemas; outras acreditam que todos os políticos se preocupam apenas com seus próprios interesses

Tal visão e suas conseqüentes atitudes revelam, por um lado, o desconhecimento do significado profundo do que seja política e, por, outro, o desconhecimento dos interesses sócio econômicos que interferem em qualquer projeto político. Em outras palavras revela um desconhecimento da relação entre política e participação e da relação entre política e poder. (PILETTI, 1989)

Os manuais didáticos de Gilberto Cotrim e Claudino Pilletti resgatam o princípio da interpretação e transformação da realidade brasileira naquilo que parece ser a construção de uma ponte com o contexto histórico pré-64, no qual a expressão realidade brasileira consistia um dos jargões da esquerda nacional. Como interpretar tal guinada? Neste artigo, pretende-se examinar esta questão enfocando o papel desempenhado pelo manual didático de Frei Betto. Pelos temas, abordagem, ênfase na participação social e pela própria biografia do autor, tornou-se símbolo de outra forma de conceber a disciplina OSPB e a formação cívica do cidadão.

Um primeiro esforço para se pensar as relações entre cultura política e livros didáticos no contexto da Nova república foi relacionado por Kazumi Munakata. No artigo “história que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura”, ao interpretar os

manuais de história publicados na década de 1980, o autor afirmou que neste período houve o predomínio de: “uma certa cultura senão progressista ou esquerdista ao menos democrática e a favor da abertura, pela participação e pela promoção da cidadania. Seria injusto dizer que isso não passa de uma jogada mercadológica” (MUNAKATA,2001:291). A promoção da educação cívica encontrava-se, então, em uma situação limite, pois regulada pelos marcos autoritários interpostos pelo decreto-lei 869/69, almejava pontos de referências delimitados por uma cultura política democrática, ou que pelo menos era amplamente desejada por diversos setores da sociedade brasileira.

O contexto de abertura consiste, então, em um pano de fundo histórico que remete às reflexões mais abrangentes sobre as várias culturas políticas que se enfrentaram, complementaram e colidiram. Por cultura política entende-se, segundo Ângela Castro Gomes (GOMES,2006) :

[...] um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar” (...) Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação - quando, quem, através de que instrumentos - seria igualmente entender com uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais. (p.47-48)

Nesse sentido, a interpretação sobre os vínculos entre cultura política e livro didático no período de abertura incide sobre os sentidos da educação cívica prefigurados por um autor, cuja biografia entrelaça-se ao histórico das lutas sociais de antes, durante e depois da Ditadura Militar. A história deste livro entrelaça-se também com a trajetória da própria disciplina de que é suporte: criada em 1962 durante o governo João Goulart e instituída como obrigatória pelo triunvirato de generais que governou o país em 1969, seria extinta em 1993, por ato assinado pelo presidente Itamar Franco. Por isso, o livro *OSPB: introdução à política brasileira*, de Frei Betto remete ao panorama histórico de pessoas e grupos que ao longo das décadas de 60,70 e 80 sobressaíram pelo empenho a favor da educação popular e reformas de base, envolvimento direto ou indireto com a luta armada contra os militares e que, enfim, redirecionaram as ações políticas focando-as nas demandas dos anos 1980. *OSPB: introdução à política brasileira* é, pois, símbolo de determinada cultura política.

No que se refere à história do livro didático, o período que compreende a chamada abertura política pode ser considerado, então, como substrato histórico em que, conforme salientou André Chervel, antigos manuais ainda circulam (CHERVEL,1990):

[...] mas pouco a pouco, um manual mais audacioso, ou mais sistemático, ou mais simples do que os outros, destaca-se do conjunto, fixa os “novos métodos”, ganha gradualmente os setores mais recuados do território, e se impõe. É a ele que doravante se imita, é ao redor dele que se constitui uma nova vulgata. (p.204).

O lançamento da primeira edição de *OSPB: introdução à política brasileira*, em 1985, enquadra-se nesta perspectiva. Oficialmente, as disciplinas escolares instituídas pelo decreto-lei 869/69 continuavam valendo. Muitos manuais didáticos publicados para corroborar a doutrina de segurança nacional da ditadura militar ainda circulavam. Sob novas roupagens (capas, títulos e subtítulos) livros amplamente difundidos na década de 1970 ainda alcançavam o universo escolar. Todavia, a organização social e política brasileira atravessava um momento de transformações proporcionando o aparecimento de uma nova vulgata. Frei Betto e a Editora Ática não estavam sozinhos na empreitada. Livros de OSPB alinhados com a perspectiva da educação cívica democrática já tinham sido publicados. É o caso, por exemplo, do manual escrito pela professora Heloisa Dupas Penteado e publicado em 1983 pela Editora Loyola. Mas nenhum deles trazia a carga cultural e política de uma geração como o de Frei Betto, representada em cada de seus capítulos ao longo de 18 edições. A última foi exatamente em 1993, ano da extinção oficial da disciplina OSPB dos currículos escolares.

A sintonia deste livro com as coordenadas da abertura foi explicitada pelo autor logo no prefácio. Ao manifestar o desejo de encontrar um público-leitor bem mais amplo que o escolar, Frei Betto expressou o sentimento de muitos jovens, que, na década de 1960, atuaram em organizações políticas estudantis e grupos estruturados em torno da Igreja católica. O próprio autor participou dos movimentos de alfabetização popular existentes nos anos iniciais da década de sessenta. Os resultados da experiência nesses movimentos estão registrados no “*AlfaBetto: autobiografia escolar*” (BETTO, 2002). Muitos dos aspectos do livro, a construção do diálogo, da associação entre educação e política, bem como o compromisso com a transformação social que acompanhou os demais livros e experiências políticas de Frei Betto, derivam dessa experiência. Neste livro, lêem-se, ainda, as querelas sempre presentes nos movimentos de esquerda e que, no início da década de 1960, projetou-se sobre a inovação metodológica construída pelo educador Paulo Freire. Parcelas significativas dos marxistas que militavam nos movimentos populares encaravam comunismo e cristianismo como princípios de soma zero, onde a concretização de um anulava os outros. Organizações políticas de feições católicas, como a Ação Popular (AP), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), entre outros, lentamente semearam o encontro entre socialismo e cristianismo, que finalmente seria materializado anos mais tarde pelo advento da teologia da libertação (SOUZA, 1984).

Da fusão de várias correntes que congregavam militantes católicos no meio estudantil e operário, surgiu a Ação Popular (AP), organização que conduziu o enlace entre cristianismo e socialismo. Frei Betto atuou nesta organização até que ela, já no final da década de sessenta, optasse pelo maoísmo. A partir daí, Frei Betto e outros frades dominicanos passaram a cerrar fileiras ao lado de Carlos Marighella na Ação de Libertação Nacional (ALN). A aproximação entre a ordem dominicana e a ALN explica-se, por um lado, na dissidência nas fileiras do PCB paulista em 1966 e, por outro, na reorientação de conduta social dos dominicanos. Se Carlos Marighella optou pela guerrilha como forma de ação política contra a ditadura, os dominicanos, por sua vez, se reaproximaram da sociedade, trabalhando e estudando pelos próprios meios, sem o amparo econômico da

Igreja, levando muitos a estabelecer relações próximas com militantes da esquerda armada, principalmente no meio estudantil. Como o próprio Betto relatou no livro *Batismo de Sangue* (BETTO,1982), a ação política dos dominicanos na guerrilha era o seguinte:

O trabalho dos frades vinculados à ALN consistia em favorecer guerrilheiros urbanos e preparar as condições para a guerrilha rural. Éramos base de apoio dos militantes em ações armadas. Acolhíamos feridos e perseguidos, escondíamos alguns e facilitávamos a fuga do país de outros. Guardávamos material considerado subversivo e armas. Fazíamos o levantamento de potenciais áreas à guerrilha rural. Pau pra toda obra, só não portávamos armas.(p.299)⁴

A perseguição promovida pela Ditadura contra a ALN e, sobretudo, ao seu principal dirigente, Carlos Marighella, desdobrou-se na repressão sobre os membros da igreja católica que lutavam contra o autoritarismo. Entre eles, Frei Betto. Preso nos cárceres do regime militar, não abandonou o trabalho educação popular. Com outros presos políticos, organizou cursos supletivos aos presos comuns. Ensinavam biologia, matemática, física, geografia e, é claro, história e noções de marxismo. Em maio de 1973, em carta enviada à família, Frei Betto descreve como surgiram e como funcionavam os cursos (BETTO,1978):

24-5-73

Queridos pais e mano: aqui são muitas as novidades. O curso de madureza afinal nasceu, depois de uma longa e atribulada gravidez, seguida de um parto não menos doloroso (eta burocracia!). A criança ainda apresenta alguns problemas, mas o importante é que nasce. Para surpresa geral (principalmente do Diretor), sessenta e quatro presidiários se inscreveram. Isso vem quebrar a falsa idéia de que esses homens não se interessam pela atividade intelectual e pelas oportunidades de encontrar um novo caminho na vida. Respira-se agora um clima de entusiasmo generalizado, que acabou contaminando até mesmo aqueles que viam a coisa com pessimismo.

A existência do curso se deve ao esforço de alguns companheiros interessados que já o haviam iniciado por correspondência e apelado incessantemente à administração. Mas quem transformou essa aspiração coletiva em realidade foi o capelão, padre Alexandre, por quem os presos nutrem uma crescente admiração.

São três aulas por dia, de segunda a sexta, das 18:45 às 21.10 hs. Para quem vai lecionar é um ritmo puxado, pois são duas classes. Estamos desenterrando o que aprendemos no ginásio. Fernando ficou com matemática, que certamente vai deixá-lo com cabelos mais brancos ainda. Politi se encarregou do português e o Ivo da História Geral e Estudos de Problemas Brasileiros. Caixe na História do Brasil e Geografia. Fiquei com a cadeira de Ciências Físicas e Biológicas (na qual serei auxiliado pelo Mané, catedrático em Botânica). Como darei oito aulas por semana (quatro em cada turma), estou dedicando de seis a sete horas por dia à preparação. Assim sendo, tive que trocar a teologia de São Paulo pelas leis de Newton e pelas experiências de Torricelli (a matéria e fascinante).(p.199-201)

No final da década de sessenta, ao retornar à vida política, Frei Betto ajudou a criar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Naquele momento histórico, a educação popular volveu-se ao sindicato dos operários do ABC paulista. Instalou-se mais precisamente em

⁴ A primeira edição é de 1982. Utilizo a 14ª edição revista e ampliada publicada em 2006.

São Bernardo, berço do novo sindicalismo, da CUT e do PT, organizações que marcariam a história do movimento operário e da história política brasileira nas décadas subseqüentes. Em outubro de 1984, apenas alguns meses antes da primeira edição de OSPB, Frei Betto e Paulo Freire concederam entrevista ao jornalista Ricardo Kotscho sobre a experiência com a educação popular. A entrevista foi posteriormente publicada sob o título “*Essa escola chamada vida*”. Em uma das passagens Frei Betto enuncia as fronteiras que separam o ensino formal da educação popular da seguinte forma (BETTO e FREIRE, 2003):

Aí entra o que, em educação popular, chamo de “metodologia dialética”. Explico melhor, a partir das reflexões que temos desenvolvido no CEPIS: considero que educação popular é fundamentalmente o trabalho educativo que se processa no interior do movimento popular, centrado nos interesses objetivos da classe trabalhadora. Hoje em dia há toda uma discussão se a escola formal comporta a educação popular. Penso que isso é muito difícil dentro da camisa de força do currículo oficial, da exigência de se cumprir um programa de ensino no limite de oito ou nove meses por ano. Haveria que subverter essa escola, introduzir novos conteúdos didáticos, redimensionar o tempo curricular, vincular teoria à práxis social, e isso é quase impossível dentro do atual sistema escolar brasileiro.” (p.76)

As experiências de Frei Betto nos movimentos de educação popular migraram para o livro de OSPB. Assim, *OSPB: introdução à política brasileira*, do ponto de vista da linguagem, é uma liturgia cívica do processo de abertura. As estratégias discursivas executadas revelam o escritor, o religioso e o militante socialista. Como ele mesmo explicou, a chave das comunidades eclesiais de base era reaproximar a história de um povo da práxis libertadora de Jesus. Para isso, não podiam simplesmente repetir o esquema missal, sob o risco de apenas recriar mitos fundadores da fé cristã. A narrativa era atualizada de modo que a liturgia fosse lida a partir da realidade social dos fiéis: “a celebração das comunidades segue a tradição bíblica de ser uma reaproximação da memória histórica e uma atualização do significado evangélico das lutas populares.” (BETTO, 1981:63)

Esta iniciativa de Frei Betto promoveu verdadeira reinvenção da disciplina OSPB. Ação esta que, em certa medida, articulava-se a outras tentativas de reorientar a educação brasileira. Na esfera do ensino de história, por exemplo, sobressaíram fóruns e debates que concentraram críticas à política educacional do regime militar visando superar o modelo imposto⁵. Há de se destacar o volume de artigos publicados em periódicos, bem como o lançamento de coletâneas de textos condensando os debates arrolados em simpósios da ANPUH e outros fóruns. Cabe aqui ressaltar o n° 10 do *Caderno Cedes* de 1983 organizado pela professora Ernesta Zamboni, e o balanço crítico sobre os estudos sociais exposto pela professora Déa Ribeiro Fenelon. Na *Revista Brasileira de História*, Raquel Glezer trouxe a discussão sobre os “novos livros e velhas idéias” (vol. 10, n° 14). A RBH dedicou ainda número especial “Escola em quadro negro: escola, ensino e aprendizagem”.

⁵ No que se refere aos manuais destinados ao ensino de história, Décio Gatti Júnior afirma que “[...] a década de 1980, no campo dos livros didáticos de história, consolida-se como sendo o momento do aparecimento de livros mais críticos, ainda que inicialmente panfletários, mas, logo em seguida, ganhando em consistência e no aparecimento de metodologias de ensino mais interessantes e eficazes livros, o que, evidentemente, não garantiu sua utilização nas escolas”. (GATTI JR., 2004:177-178)

Fruto das experiências de professoras e professores de história debatidas no Encontro Nacional da ANPUH de 1982 o livro *Repensando a história*, organizado por Marcos Silva apresentou a seção Livro didático com dois trabalhos: “Escolas e livro didático de História”, de Carlos Alberto Vesentini e “O livro didático e a popularização do saber histórico”, de Katia Maria Abud. Cite-se ainda o conjunto de práticas de ensino relatadas em *Ensino de história: revisão urgente* (1986) e as reflexões reunidas por Jaime Piski em *O ensino de história e a criação do fato* (1988). Este último com dois textos enfatizando livros didáticos: “As camadas populares nos livros de história do Brasil” de Nicholas Davies e “Belas Mentiras: a ideologia nos estudos sobre o livro didático” de Maria Carolina Bovério. Neste ciclo de revisão do ensino de história encontra-se, ainda, as memórias dos “guerrilheiros das idéias” organizadas por José Werneck da Silva no livro *A deformação da história ou para não esquecer*, inserido na coleção Brasil: os anos de autoritarismo da editora Zahar.

Em suma, esses debates compuseram um quadro de testemunhos engajados que, na busca pela superação de determinado modelo de ensino, estimularam novas idéias pedagógicas. Esses artigos e textos juntam-se aos textos memorialísticos e balanços históricos publicados a partir de 1978 por ex-presos políticos, militantes, etc. Relatos de experiências soam, então, como narrativas pessoais travando, implicitamente, uma batalha sobre a memória histórica⁶ do período militar. De fato, o volume de textos memorialísticos e balanços históricos escritos por intelectuais, ex-presos políticos e militantes publicados no contexto de abertura e nova república correspondeu a uma verdadeira batalha pela memória coletiva⁷.

Consideramos, então, que o livro de Frei Betto revela uma prática social oriunda de tradições políticas que se condensaram a partir dos anos 1960 e que a partir da década de 1970 e década de 1980 redefiniram suas linhas de ação. A Luta armada deixava de ocupar lugar central no repertório das organizações políticas e movimentos sociais para dar lugar a outras bandeiras. A formação do cidadão em valores democráticos tornou-se uma das prioridades. A Publicação de *OSPB: introdução à política brasileira* constituiu, pois, uma das mais importantes expressões didáticas da cultura política pautada na redemocratização do país.

Todavia, a opção didática de Frei Betto não passou incólume ante os olhos de dirigentes autoritários e conservadores que, no contexto de redemocratização, assinalavam permanências dessas forças na imprensa e em governos constituídos. Na cidade de São Paulo, o prefeito Jânio Quadros proibiu a circulação do livro nas escolas da rede municipal. O próprio Frei Betto narrou o episódio. Contou a inusitada situação que deparou-se ao encontrar o ex-presidente pedindo carona em uma periférica rua da

⁶ Por batalhas em torno da memória histórica e memória coletiva apóio-me nas considerações de POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol2, n°03, 1989, pp. 3-15. POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n°10, 1992, pp. 200-212.

⁷ Alguns dos importantes testemunhos estão nos seguintes títulos: Em Câmara Lenta, Renato Tapajós, Em Busca do Tesouro, Alex Polari, Memória do Exílio (CAVALCANTI & RAMOS,1976); Liberdade para os brasileiros (MARTINS,1978); Tortura: a História da repressão política no Brasil (FON FILHO,1979); O que é isso Companheiro (GABEIRA,1979); Batismo de Sangue (Frei Betto, 1980) Memórias das mulheres no exílio (COSTA,1980); Os carbonários (SIRKIS,1980); Resistir é preciso (FREIRE,1981); Guerra é Guerra, dizia o torturador (VARGAS,1981); 1968- o ano que não terminou (VENTURA,1988); Brasil: nunca mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO,1985). Às narrativas e depoimentos pessoais somam-se discussões historiográficas: Estado e oposição no Brasil (1964-1984) publicado por Maria Helena Moreira Alves (1985); Combate nas trevas (1987) de Jacob Gorender; A esquerda e o golpe de 1964, Denis de Moraes; Imagens da revolução (Reis Filho, 1985).

zona leste de São Paulo. Na ocasião, o autor retornava de um trabalho de formação de lideranças políticas pelo Centro de Educação Popular do Sedes Sapientiae. Após ter assegurado a carona e o retorno do futuro prefeito para sua confortável residência no bairro Alto de Pinheiros, área nobre de São Paulo, recorda que “anos depois, prefeito de São Paulo, Jânio proibiu nas escolas do município meu livro de OSPB, introdução à política brasileira”. (BETTO, 2001)

Jarbas Passarinho, ministro da educação durante o período em que Frei Betto esteve nos cárceres da ditadura, lançou verdadeiro torpedo contra o livro. Em artigo OSPB: “sem ufanismo”, publicado no Bragança-Jornal-Diário, periódico da longínqua Bragança Paulista, município do interior paulista, o general faz um amplo balanço sobre a disciplina Educação Moral e Cívica, bem como sobre a publicação de OSPB: introdução à política brasileira, nos seguintes termos:

O que irritava a esquerda era essencialmente um dos itens das “finalidades” expressadas na lei, que criou a disciplina EMC, e que recomendava o “fortalecimento do espírito” democrático, de modo a preservá-lo das ideologias materialistas e contrárias às aspirações brasileiras e dos interesses nacionais. Aí estava as causas das apreensões esquerdistas, receosos de que o governo instituisse, segundo a norma dos totalitários, uma cadeira de propaganda ideológica. Especialistas em lavagem cerebral, pensaram que faríamos a mesma, numa área que eles trabalhavam intensamente e que lhes deu os melhores quadros da guerra revolucionária que desencadearam entre 68-78.

Agora que estão no governo, em parte, no poder, eles nos ensinam como fazer. A cadeira de estudos de Problemas Brasileiros serve aos seus propósitos. Acabo de ler notícia que a bibliografia marxista está “enriquecida” com um novo livro. Que certamente será muito recomendado aos alunos. O autor é um irmão leigo, dominicano, famoso pela compatibilização que prega do marxismo com o cristianismo. O que não fizemos, e pelo que fomos acusados, será feito com competência, ao reverso, pelos acusadores de ontem. Ainda se chama o êxito da hipocrisia. Sempre de bons resultados, infelizmente. (PASSARINHO, 1986:06)

Os petardos divulgados nos meios de comunicação contra o livro de Frei Betto chegaram também à grande imprensa. Em matéria especial publicada pela Revista Veja edição nº 913, de 05 de março de 1986, a obra didática é descrita como mero mecanismo de propaganda ideológica sendo alçado ao mesmo patamar de outros livros publicados sob a rubrica da doutrina de segurança nacional:

A pressa em escrever um livro didático e a exagerada devoção à militância política podem deixar a perder todo um trabalho. É o caso, por exemplo, do livro Organização Social e Política do Brasil – para uma geração consciente, de Frei Betto. Escrito em quatro meses, no mesmo período em que confortava espiritualmente a família do agonizante Tancredo Neves no Hospital das Clínicas, em São Paulo, o livro de Frei Betto perde a oportunidade de marcar época como uma obra diferente das insossas propagandas do regime que intoxicaram livros de OSPB há dez anos. Na página 37, o Estado, para Betto, surgiu para “garantir a exploração...e é uma mal que precisa ser eliminado”. Na página 17, o Estado passa a ser necessário. Foi preciso criar uma instituição política capaz de organizar...o Estado”. (p.64)

Nesse sentido, o protocolo de leitura que abre o livro de Frei Betto indica que, se por um lado, é possível detectar os desejos e intenções do autor a partir da sincronia que preserva em relação à cultura política predominante no período de abertura, por outro, indicam que os sentidos da publicação *OSPB: introdução à política brasileira* precisam ser buscados em perspectiva histórica diacrônica, de modo a ressaltar o processo de migração de práticas sociais, escolares e políticas do autor para este livro didático. Perspectiva que permite também analisar as resistências que se abateram à circulação do impresso em razão das reminiscências autoritárias que compunham o quadro histórico do período.

Referências

- ABREU, Martha et al. “Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino de História”. RJ: Record, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 27ªed. Petrópolis, Vozes, 1995.
- ARQUIDIOSECE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia: Leitura, história e história da leitura. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Fapesp, 2000.
- BETTO, Frei. Cartas da Prisão. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *OSPB: introdução à política brasileira*. São Paulo Ática, 1985.
- _____. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. Jânio e eu (Frei Betto). Adital, 2001. Disponível em <http://www.adital.com.br/Site/noticia2.asp?lang=PT&cod=1422>. Acesso em 04/11/2009.
- _____. *Alfabetto: autobiografia escolar*. São Paulo: Ática, 2002.
- BRITO, Frei Fernando de; CHRISTO, Frei Carlos Alberto Libânio; LESPBAUPIN, Frei Ivo. O canto na fogueira: Cartas de três dominicanos quando em cárcere político. 2ª ed Petrópolis: Vozes, 1978.
- BITTENCOURT, Circe. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo, 1993 (Tese de Doutorado, FFLCH, USP)
- CABRINI, Conceição (et al). O Ensino de história: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um tema de pesquisa. Teoria & Educação, v.2, Porto Alegre, 1990.
- CHOPPIN, Alain. Os manuais escolares na França e a formação do cidadão. In: Veritas, Porto Alegre, v.43, n. especial, 1998.

_____. Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia. In: Historia de la educación- Revista interuniversitaria. nº19, 2000.

CORDEIRO, Jaime F.P. Falas do povo, figuras da tradição: o novo e o tradicional (anos 70 e 80). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. As belas mentiras: a ideologia subjacente aos livros didáticos. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

ECO, Umberto; BONAZZI, Marisa. Mentiras que parecem verdades. SP: Summus, 1980.

FONSECA, Selva Guimarães. Os caminhos da história ensinada. 5ª ed. Campinas: Papirus: 2001.

FREITAG, Bárbara et alli. O livro didático em questão. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1989.

FURET, François. A oficina da história. Lisboa: Gradiva.

GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GATTI JR., Décio. A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc, 2004.

GENETTE, Gerard. Umbrables. México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil. São Paulo: TAQ/EDUSP, 1985.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº1, 2001.

KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo Brasil. Diário da campanha das diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAJOLO, Marisa. Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Global,1982.

MARTINS, Maria do Carmo. A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: EDUSF: 2002.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A militarização da burocracia: participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990.)São Paulo: Ed.Unesp, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que a ditadura militar acabou. In: FREITAS, Marcos (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Livro didático: produção e leitura. São Paulo: PUC-SP, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. Representações políticas no movimento Diretas Já. Revista Brasileira de história, São Paulo, v.15, nº29. p.207-219.

OLIVEIRA, João Batista Araújo (et al). A política do livro didático. São Paulo/ Campinas: Summus/Ed.Unicamp, 1984.

PENTEADO, Heloísa Dupas. Organização social e política do Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

PINSKI, Jaime. O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1988.

POLLAKI, Michel. Memória, silêncio, esquecimento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.pp.03-15.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já - o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SHOLES, Robert. *Protocolos de leitura*. Lisboa: Edições 70,1991.

SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da história ou Para não esquecer*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SILVA, Marcos (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Recebido em abril de 2010
Aprovado em julho de 2010